



Diário da Sessão n.º 030 de 24/10/01

Presidente: Srs. Deputados, passemos então ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que é a **Proposta de Resolução que “recomenda ao Governo Regional a classificação do Coliseu Micaelense como imóvel de interesse público”**.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Coliseu Micaelense foi construído e inaugurado em plena grande guerra, com a força de capitais privados e sobretudo com a determinação de contrariar o ambiente de receio e de contenção do investimento próprio dos momentos de crise.

Na sua construção foram utilizadas as mais modernas soluções arquitectónicas e tecnológicas da época, que fizeram daquele imóvel um espaço singular no contexto das ilhas.

Essa singularidade todavia não se cingiu ao edifício, antes se notariou no dinamismo cultural das actividades que ali decorreram, do cinema mudo, do cinema depois sonoro, do teatro, da revista, da ópera e até do circo, sem esquecer também, é preciso dizê-lo, os afamados bailes de Carnaval do Coliseu que marcaram muitas gerações e até projectaram os Açores além fronteiras.

Por coincidência, novamente quando se faziam sentir os efeitos de um outro conflito à escala mundial, iniciaram-se ali obras de remodelação que muito acrescentaram ao valor patrimonial do Coliseu Micaelense.



Dois dos mais distintos artistas plásticos açorianos, Canto da Maia e Domingos Rebelo, deixaram ali a sua impressão digital, tanto no baixo relevo poscénio, como no pano de boca de cena, duas obras de arte que se degradam a olhos vistos sem que alguém as tente salvar.

Por entendermos que a protecção de interesse histórico e artístico que dão forma à nossa matriz cultural é um acto de memória para com o passado e de cidadania com perspectivas de futuro, apresentamos esta proposta de resolução que recomenda a classificação do Coliseu Micaelense como imóvel de interesse público, porque é preciso proteger e incentivar a sua protecção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria que estamos a apreciar que vem de encontro a algum esforço no sentido da preservação do edifício do Coliseu Micaelense, é matéria que desde há muito nos preocupa.

Valerá a pena recordar aqui alguns aspectos sobre essa matéria.

Em Novembro de 1986, o então vogal da CDU na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, o Engenheiro Mário Abrantes propôs que se procurasse prover o orçamento para o ano seguinte de verba capaz de poder iniciar contactos com os proprietários do Coliseu para que a autarquia de Ponta Delgada pudesse vir a ser proprietária do Coliseu Micaelense, porque adivinhava-se que poderia estar em causa a degradação daquele edifício.

Nessa altura afirmava na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, o representante da CDU, e cito "o encerramento do Coliseu constitui uma perda inestimável para a cidade, condenando à degradação um espaço patrimonial muito importante".



Esta proposta não foi aprovada na altura, embora seja significativo que tenha tido duas pessoas que votaram a favor, além do proponente, e tenha tido 6 abstenções no resultado dessa votação, ou seja, já nessa altura havia mais pessoas além do vogal da CDU a pensarem no problema que seria a degradação do Coliseu Micaelense.

Os anos entretanto passaram. Todos nós conhecemos que muitos responsáveis políticos têm falado na possível aquisição do Coliseu Micaelense, no entanto, a realidade continua a ser hoje exactamente igual àquela que era há alguns anos, igual àquela que era há uma dúzia de anos.

É por isso que nós estamos perfeitamente em sintonia com as preocupações que esta Proposta de Resolução encerra nos seus pressupostos, porque efectivamente continuamos a pensar que é fundamental a preservação daquele edifício, a sua melhoria em termos de recuperação do que é necessário e que a sua simbologia possa continuar a manter-se hoje, como no passado e para o futuro.

No relatório da Comissão o Sr. Secretário afirmou que o Governo Regional não é dono do Coliseu. Evidentemente que todos nós o sabemos. Agora pensamos que qualquer edifício que tenha necessidade, que tenha importância, que tenha valor para ser classificado, pode e deve ser classificado, independentemente de quem são ou deixam de ser os seus proprietários.

Por essa Região fora temos muitos e muitos edifícios que não são propriedade da Região e que são edifícios classificados, porque é fundamental que o imóvel seja de facto considerado de interesse público, para se evitar que possa haver qualquer atropelo àquilo que ele efectivamente é hoje e no sentido inclusive de poder haver uma recuperação nas devidas condições.



Por isso mesmo entendemos que é importante e que é necessário neste momento recomendar ao Governo Regional que este imóvel seja considerado de interesse público e é por isso que os deputados do PCP vão votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultural (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde há alguns anos, esta matéria tem vindo a ser analisada por parte do Governo Regional, no sentido de se encontrar um conjunto de soluções que permitam quer a recuperação daquele imóvel, quer uma intervenção de valorização do quarteirão que ele se insere e toda aquela zona da cidade de Ponta Delgada.

Esta intenção está ligada também ao processo de desactivação do antigo hospital da cidade de Ponta Delgada e tem sido considerada como uma das áreas em que o Governo Regional, em parceria com as entidades que são proprietárias dos diversos imóveis existentes, com particular destaque para a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, precisa de encontrar soluções globais para resolver toda aquela situação de um conjunto de imóveis situados numa das zonas mais nobres da cidade, que se encontram em avançado estado de degradação.

Entre esses imóveis inclui-se o Coliseu. O Coliseu é, de facto, um dos imóveis com maior interesse quer do ponto de vista arquitectónico, quer do ponto de vista do seu passado e da sua participação na história cultural desta Região. Tem um interesse que não é apenas da cidade de Ponta Delgada, é um interesse regional e esse interesse tem obviamente que ser considerado e será considerado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Acontece que a classificação do imóvel em si não traz neste momento qualquer vantagem para aquilo que será feito em termos de futuro para aquela zona, garantido que está que o imóvel não sofrerá qualquer intervenção que seja de alguma forma descaracterizadora das suas características arquitectónicas, nem do valioso património de que ele é detentor.

Essa garantia está dada, e está dada por acordo entre o Governo Regional e a entidade que é proprietária da maioria do capital social da empresa detentora, por isso neste momento o Governo Regional não vê qualquer interesse em proceder à classificação do imóvel.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar a posição do PS sobre esta matéria, que foi expressa na Comissão e se encontra expressa no relatório, sobre esta Proposta de Resolução.

Efectivamente nós estamos em sintonia nesta matéria com aquilo que acabou de dizer o Governo.

Consideramos que é importante a recuperação e a utilização inclusivamente de aquela parte da cidade de Ponta Delgada. Há ali uma parceria que tem que ser feita entre entidades como a Câmara Municipal de Ponta Delgada, o Governo Regional, a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Para nós é importante que se recupere aquela zona, é importante a manutenção do Coliseu. Todavia, consideramos que não é imprescindível a



sua qualificação para que se possa manter e melhorar a qualidade daquela parte da cidade.

Portanto, acho que neste momento há vários edifícios classificados ali à volta que obrigam a uma protecção daquela zona, por isso vamos votar contra esta proposta de resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP vai com certeza votar a favor desta proposta.

Entendemos que mesmo na dúvida, "se mal não vem ao mundo" – e na dúvida, será que traz algum bem ao mundo?! – nós optamos pela aprovação, porque tem pelo menos esse sentido de alertar para o estado de degradação em que se encontra o imóvel.

Que toda a verdade seja dita: aprovamos e partilhamos da opinião que o Governo tem sobre essa matéria, de que tem que ser uma solução para toda aquela zona e não só em relação ao imóvel, mas o PSD hoje apresenta isto, a dois meses das eleições, com carácter eleitoralista, quando é verdade que a própria Câmara Municipal que é do PSD, nunca quis a classificação do mesmo imóvel.

A Câmara sempre remeteu para estudos que deveriam ser feitos e é o mesmo PSD que está na Câmara que agora propõe isto mesmo, o que se calhar quer significar que podem ficar algumas dúvidas que se a Câmara do futuro for da mesma cor ou não, os cidadãos ficam com a certeza que parece que estas coisas só são lembradas nas vésperas das eleições.

Se o PSD queria fazer esta Proposta – o Sr. Presidente da Câmara continua a ser militante do vosso partido e são as entidades públicas que têm mais essa missão de serem elas próprias a dizer o que é que é melhor para a sua



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

própria terra e que se saiba a Câmara não parou – existe uma Câmara Municipal eleita e ela deveria também ter agido dessa forma. O facto é que parecem dois partidos. Mas não obstante de tudo isso, quando uma ideia parece ter algum fundamento, nós aqui estamos para a apoiar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por fazer uma pequena correcção, que por ser pequena não deixa de ser importante para um bom entendimento nesta matéria.

Não é verdade que esta proposta do PSD aparece dois meses antes das eleições. Esta proposta deu entrada neste Parlamento no dia 21 de Junho.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Em plena campanha!

O Orador: Portanto, não foi em cima das eleições, mas devo dizer que as eleições não devem inibir nenhum de nós, nem nenhum partido, de apresentar medidas e propostas quando elas vierem a ser boas e corresponderem a um sentimento generalizado junto da maioria da população.

Deputado Paulo Gusmão (PP): A Câmara não é do CDS!

O Orador: Neste caso concreto, não é apenas uma parte da população de Ponta Delgada — e atrevo-me a dizer de São Miguel — que concorda com esta nossa proposta. A esmagadora maioria dos micalenses revêem-se nesta proposta de classificação do Coliseu como imóvel de interesse público.

Deputado Paulo Gusmão (PP): E o Sr. Presidente da Câmara?

O Orador: Espero que o vogal do CDS/PP, na Assembleia Municipal, que nunca lá aparece, quando tiver oportunidade de comparecer, subscreva a



nossa proposta, ou então o senhor que volte lá, porque foi eleito, embora tenha renunciado esse mandato.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, sobre esta matéria e sobre o interesse dos vários partidos em relação a ela, estamos conversados.

Esta matéria não fica ao nível da discussão partidária. Ela interessa a todos os micalenses...

Deputado José San-Bento (PS): A todos os açorianos!

O Orador: ... que têm suscitado vários debates públicos, quer na sua forma mais tradicional, quer através do recurso às novas tecnologias, através de um fórum num dos sites mais visitados com origem na Região. Esta matéria tem grande interesse.

O que nós criticamos é que há aqui uma certa disfunção entre o discurso e os actos. “A bota não joga com a perdigota!”

Nós ouvimos o Sr. Secretário Regional da Educação dizer que o Coliseu é muito importante, que é preciso preservar, mas não dá uma só razão para justificar o inconveniente desta recomendação ser aprovada, isto é, do Coliseu ser imediatamente classificado como imóvel de interesse público.

Eu não duvido das propostas do Sr. Secretário Regional da Educação — se repararam, desta vez, eu não disse o ainda —...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Eu já estou habituado ao título, já me sinto mal!

O Orador: ... para todo aquele quarteirão onde se integra também o Coliseu Micaelense, mas se a minha memória não me traiçoa, e se eu for traído é porque já foi há muito tempo, em Dezembro de 1997, vai fazer agora 4 anos, na Feira de Actividades Económicas de Ponta Delgada, o anterior Governo Regional — o tal que foi o melhor de sempre, este deve ser o segundo melhor de sempre, porque é pior do que o anterior — ...



Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Nós somos como o vinho do Porto!

O Orador: Não, são exactamente o contrário, pioram com o tempo!

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Olhe que não!

O Orador: ... apresentou uma maqueta de intervenção nas instalações do antigo Hospital de Ponta Delgada.

Passados 4 anos, nem a maqueta se desenvolveu para uma escala superior, nem foi feita nenhuma intervenção.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Está a desenvolver-se!

O Orador: O Centro de Congressos de Ponta Delgada continua a não existir e o centro de exposições não passa do papel. Presumo que o destino que querem dar ao Coliseu será o mesmo, apesar das boas intenções.

Sr. Secretário, se é muito importante classificar, preservar e recuperar o Coliseu, por que razão ele não pode ser classificado? Acaso o Coliseu tem menos dignidade do que a casa do Castelhana que foi classificada em Outubro?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Tem muito mais!

O Orador: Acaso o Coliseu tem menos importância do que a Ermida de Nossa Senhora do Carmo, da Lagoa, classificada em Junho?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Tem muita mais dignidade que o Coliseu!

O Orador: Acaso o Coliseu tem menos dignidade do que a casa dos Limas, na Areia Larga, no Pico? Também a classificou em Junho deste ano. Acaso o Coliseu tem menos dignidade do que o Convento dos Frades na Lagoa?



Tem menos dignidade do que a Capela de Nossa Senhora das Vitórias, na Lagoa das Furnas, que é sensivelmente da mesma data?

Acaso tem menos interesse...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Faça a pergunta ao contrário!

O Orador: ... do que a Fábrica da Baleia nas Lajes do Pico?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Tem mais!

O Orador: Por acaso o Coliseu, Sr. Secretário, tem menos dignidade do que um moinho de vento no lugar da Beira, em São Jorge?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Não são objectos comparáveis!

O Orador: Pois é, não são comparáveis e eu até digo que o Coliseu não tem nem menos nem mais, é diferente, faz parte da matriz cultural de São Miguel. Como tal deve ser classificado imediatamente.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*):

Será classificado!

O Orador: Enquanto não apontar uma razão (só uma!) que torne inconveniente essa classificação, eu vou sempre presumir que só não classifica o Coliseu Micaelense, porque a proposta partiu do PSD.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Então presume!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na altura em que eu pedi a palavra — convém dizer, porque talvez o Sr. Presidente não viu — era para pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário.



Portanto, ao abrigo do artigo 105º deveria ter-me concedido a palavra na altura, até porque nestas coisas, estes esclarecimentos, parlamentarmente, enriquecem o debate.

No entanto, o Sr. Presidente não se apercebeu da minha intenção, o que eu compreendo também, e por isso mesmo em vez de ser apenas um pedido de esclarecimento, vou fazer também algumas considerações.

Vou começar pelo pedido de esclarecimento que a intervenção do Sr. Secretário suscitou.

O Sr. Secretário diz que a classificação não traz nenhuma vantagem. O senhor entende que a classificação traz alguma desvantagem?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu penso que é importante sabermos isso para podermos tirar conclusões.

Por outro lado, o Sr. Deputado do PSD falou na dignidade dos diversos edifícios.

Eu penso que também é importante saber-se, porque o Sr. Secretário, em aparte, disse que não são comparáveis os diversos edifícios citados, se entende ou não que o Coliseu Micaelense tem dignidade para ser classificado. É importante sabermos para tirarmos conclusões.

Em nosso entender, e que isto fique claro, o Coliseu tem dignidade e tem um passado cultural para a cidade de Ponta Delgada, para a Ilha de São Miguel e para a Região Autónoma dos Açores, que lhe dá o valor suficiente e mais que suficiente para ser edifício classificado.

Por outro lado, na nossa opinião, há uma grande vantagem, porque por estes dias ouvimos referências a um edifício que não deveria ser destruído e lamentavelmente foi, segundo diz a comunicação social



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu penso que aqui temos o dever de legislar para que se impeçam que sejam cometidos atropelos ao património por toda a Região e isso passa pela classificação dos edifícios e passa pela existência de documentos legais que impeçam a destruição dos mesmos.

É por isso que estou a colocar estas questões e é por isso que estou a dar estas opiniões.

Entendemos que tudo tem que ser feito no sentido daquele edifício ser classificado para se impedir que possam existir atropelos em relação a esse património que é importante para esta Região.

Eu estou plenamente de acordo com aquilo que afirmou o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Eu referi há pouco na minha intervenção que esta é uma preocupação que vem desde 1986 e nós temos apresentado essa preocupação no local próprio, ou seja, na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, o espaço institucional que nós participamos.

Desde essa altura até hoje, passaram-se 15 anos, apesar do PSD ter gerido a Câmara de Ponta Delgada, não teve qualquer preocupação em relação a essa matéria, bem pelo contrário, de anos a anos, aparece um responsável a dizer que o Coliseu é muito importante.

Por outro lado, o Partido Socialista que nos últimos tempos tem afirmado que é muito importante, neste momento e perante a Assembleia, parece ter alguma preocupação em não classificar o Coliseu. Em que é que ficamos?

Os senhores não querem classificar o Coliseu porque não querem, ou não querem classificar o Coliseu porque entendem que ele não tem a dignidade para ser classificado?

Eu penso que é importante que este assunto seja devidamente analisado e seja devidamente esclarecido.



Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Apenas para lhe dar um pequeno esclarecimento a uma referência pessoal que me fez a propósito da Assembleia Municipal.

Eu gostava de dizer que cumpri o meu mandato da mesma forma como o pedi às pessoas que me elegeram à Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Não sei se o senhor é uma pessoa atenta a estas coisas, mas nas eleições costuma a haver os partidos candidatos, depois há uns manifestos, umas coisas que se põem em casa das pessoas, e aí os candidatos assumem mais ou menos um certo compromisso com o eleitorado, prometendo fazer isto ou aquilo, ou fazer assim ou assado, pedindo desculpa pela linguagem.

Se estiver atento a isso, vai ver no manifesto dessa altura, que o CDS/PP entendeu, uma vez que só tinha a possibilidade de eleger um mandato à Assembleia Municipal, fazê-lo de forma rotativa.

Deve-se lembrar que lá estive sem faltar a uma única reunião, no mandato que me tocou, durante um ano. Aliás, de outra forma não poderia ser porque – estas coisas às vezes custam a dizer – o senhor compreenderá que nós temos outras tarefas, compreenderá que aqui neste meu modesto partido, temos que justificar voto a voto, compreenderá que aqui não somos indicados pela quota de A, B ou C, entenderá que aqui é com força, com trabalho, com garra, pessoa a pessoa, que estou aqui com 5.234 votos trabalhando e não porque alguém me indicou para aqui estar.

Por isso mesmo, se quiseram meter-se nesta matéria, se é para falar em mandados, eu desafio os senhores a dizerem se o Dr. Manuel Arruda, no caso do círculo eleitoral de São Miguel, com base no qual tem legitimidade



de estar aqui, quando acabar o seu mandato, vai estar aqui ou – assim como não disse nada nos tais papelinhos de porta – vai para casa e os senhores é que apanharam o mandato?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em resposta às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, gostava de dizer que o Coliseu Micaelense tem todas as condições para ser classificado como imóvel de interesse público e se calhar mais do que isso. É essa a questão que tem que ser estudada e debatida.

No Decreto Legislativo Regional de 79, existe ainda um conjunto de categorias em vigor, mas já está em vias de elaboração, face à Lei de Bases da Cultura, uma nova proposta de decreto legislativo regional que irá substituir essas categorias pelas novas designações, ou melhor, adequar essas categorias às novas designações que a nova lei vem criar.

O que é preciso saber é como é que vamos classificar o Coliseu. Não é que ele não tenha merecimento. Ele tem muito mais merecimento. Eu não sou especialista nisso e não fui capaz de identificar todos os imóveis que o Sr. Deputado Joaquim Machado aqui citou, mas aqueles que eu consegui identificar, com certeza que eram todos imóveis com merecimento muito inferior àquele que o Coliseu tem, embora não possa dizer em relação a todos, porque alguns não sei quais são.

Aquilo que eu gostaria de dizer em relação a esta matéria é que o Coliseu deve ser classificado dentro de um conjunto de classificações que têm a ver com o lugar com que se encontra. Ele já está próximo de 3 outros imóveis classificados. Esses 3 outros imóveis classificados devem constituir um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sítio classificado. É preciso repensar a classificação da zona histórica da cidade de Ponta Delgada. Infelizmente esta é uma matéria que devia ter sido preocupação – e disse muito bem o Sr. Deputado – da Câmara Municipal de Ponta Delgada, mas nunca o foi.

Aqui na Horta, em Angra e na Ribeira Grande, as Câmaras Municipais assumiram a recuperação dos respectivos teatros municipais, das respectivas salas que têm alguma semelhança e que tiveram no passado, em diferente escala, face também à diferente escala das cidades que eu referi, um papel semelhante àquele que teve esse imóvel. Essas Câmaras assumiram esse papel e hoje nós temos esses edifícios recuperados. Só é pena que a Câmara de Ponta Delgada nunca tenha olhado com olhos de ver para o Coliseu e nunca tenha chegado a um entendimento com a entidade que é proprietária daquele imóvel, fazendo o que outras Câmaras Municipais têm feito.

De facto, esse teria sido o melhor caminho. Não foi por razões que, obviamente, não são do Governo.

Da parte Governo, aquilo que eu posso assegurar ao Sr. Deputado Paulo Valadão, é que nós consideramos aquele imóvel como um dos mais importantes da Região. Ele será classificado, integrado num sítio, ou classificado individualmente, em função daquilo que está a ser estudado e analisado.

Também lhe posso garantir que da parte do Governo e até porque entrou em acordo com uma fundação que é detentora da maioria do capital daquela entidade que é proprietária daquele imóvel, acordo esse que teve a ver com a situação do Teatro Micaelense, há a garantia absoluta de que o imóvel não será objecto de qualquer intervenção que de alguma forma venha a prejudicar em termos da sua valia cultural.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ele será – e está sendo preparado – objecto de uma intervenção que o valorizará como parte de um conjunto.

Esse conjunto e toda a parte histórica da cidade de Ponta Delgada poderão vir a ser classificados e isso também depende de algo que também será feito nesta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Certamente não terei necessidade de utilizar todo esse tempo porque todos nós já percebemos, e o Sr. Secretário acabou por repetir, que o Coliseu tem condições para ser classificado, mas teimosamente, o Partido Socialista e o Governo Regional não o classificam, porque a proposta vem do PSD. Esta é a síntese da discussão que aqui fizemos.

Sr. Secretário, o senhor não sabe da importância e da validade daqueles imóveis que eu aqui referi?! Pois então o problema é exactamente esse, é o senhor não saber muito daquilo que compete à sua Secretaria.

Sobre estes imóveis o senhor devia saber, porque todos eles foram classificados este ano, em conselho de Governo, suponho eu, por proposta da sua Secretaria.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação da Proposta de Resolução apresentada pelo PSD, relativa à classificação do Coliseu Micaelense como imóvel de interesse público.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e registou 27 votos contra do PS.